



Jornal FNE Edição 134 – Jul/13

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura do seminário realizado em Teresina (PI), no dia 14 de junho, sobre saneamento ambiental, que reuniu 800 participantes. O setor, que inclui os vitais serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, é tema central no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e precisa ser tratado com prioridade por todas as instâncias de governo. Fator fundamental de saúde pública e dignidade humana, tal serviço precisa ser universalizado e público, conforme indicou o debate na capital piauiense.

Outro ponto essencial é o direito ao transporte público de qualidade e sem tarifas exorbitantes. Em entrevista, o integrante do Movimento Passe Livre (MPL), Lucas Monteiro, fala sobre a iniciativa que conseguiu agitar as ruas paulistanas e depois de diversas outras cidades brasileiras.

Qualidade de vida da população é também o tema do VIII Congresso da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), que acontece em agosto, na cidade de Fortaleza (CE).

Ainda na pauta, o IV Simpósio de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Palmas (TO), que abordou a necessidade de práticas e uso de tecnologias na engenharia que respeitem o ambiente, e ainda o potencial econômico da Região Norte. Tal assunto está presente também em C&T, que fala sobre a necessidade de avanço científico na Amazônia. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado no dia 25 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 90/211 pode trazer um avanço à discussão que se trava hoje em todo o País relativa ao transporte público. Consolidada a mudança (o que ainda depende de avaliação por comissão especial e depois votação em plenário), o serviço, claramente essencial, passaria a ser um direito fundamental, incluído no rol daqueles listados no artigo 6º da Carta Magna, que já contempla a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Já históricos objetos de debate, a precariedade e a insuficiência dos transportes públicos, além do seu alto custo ao trabalhador brasileiro, finalmente ganharam visibilidade com as manifestações realizadas em inúmeras cidades. Conclamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) ([FAZER LINK PARA A ENTREVISTA](#)), essas tinham o objetivo de reverter reajustes tarifários considerados exorbitantes, mas colocaram em pauta também a urgência em se buscar soluções para esse setor que tem enorme impacto no cotidiano das pessoas e em sua qualidade de vida, e ainda no desenvolvimento econômico. Parece, portanto, bastante razoável que, para começar a mudar a situação, os meios necessários para se ter acesso ao trabalho, à escola, ao lazer etc. passem a ser considerados um direito.

A partir dessa nova visão, devem ficar mais claras as obrigações do Estado de prover transporte público de qualidade a todos os cidadãos, buscando inclusive os meios para assegurar modicidade tarifária e, quiçá, a gratuidade reivindicada pelo clamor das ruas. O tema não pode mais ser adiado e deve ser encarado como tarefa urgente por gestores e legisladores.

Pauta constante dos debates realizados pela FNE, o transporte e a mobilidade urbana estão presentes ainda no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela federação em 2006, e na campanha “Brasil Inteligente”, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU). Essa última propõe as seguintes metas: até 2014, fazer com que a lei da mobilidade urbana efetivamente seja implantada em todas as cidades, assim como o Estatuto da Cidade; até 2018, iniciar um democrático projeto de reforma urbana nas metrópoles e grandes cidades do País; e até 2022, ter implantado transporte público em todas as cidades do País, nos padrões mais elevados do mundo.

Tais objetivos podem hoje parecer distantes da nossa realidade, mas são não só plenamente exequíveis, como fortemente necessários. A população, como deve passar a ser reconhecido pela Constituição, tem o direito fundamental de trafegar pelas cidades com dignidade, segurança, conforto e agilidade. É tempo de compreender a justeza dessa reivindicação e buscar as soluções para atendê-la.

Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente da FNE e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU)

ENGENHARIA

As grandes manifestações contra o aumento do preço da tarifa do transporte coletivo, realizadas em várias cidades do País, expõem um problema de regulação no setor e dão um exemplo da importância dessa atividade. A avaliação é do presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), José Luiz Lins dos Santos, também diretor da FNE. “Num sistema de transporte feito por autogestão, as empresas é que criam as linhas, colocam aquilo que é do interesse delas. Dessa forma, a população não é contemplada, e sim o agente econômico que atua no setor”, explica. Ele afirma serem necessárias regras que façam o ordenamento desse sistema, de modo a fazê-lo atender o interesse público e promover a qualidade de vida.

Com esse norte, a oitava edição do Congresso Brasileiro de Regulação da Abar, entre os dias 19 e 23 de agosto, em Fortaleza (CE), traz à reflexão o tema “Regulação – para uma vida com mais qualidade”. “Já tratamos do papel da regulação no desenvolvimento do País, no crescimento com sustentabilidade sem atropelar o meio ambiente, na exploração do petróleo e na questão dos recursos hídricos”, descreve.

Santos observa que a regulação funciona a partir de princípios, e que o principal deles é o da transparência, na sequência vêm autonomia financeira e independência política. “Não podemos ficar ao sabor de governos nem da iniciativa privada, para não desvirtuarmos a atividade.” Ele afirma que as decisões dos entes regulatórios sempre são colegiadas para que mais pessoas tenham oportunidade de dar opinião, alcançando, assim, uma proposição que melhor atenda os interesses da população. A grande questão, destaca, é debater como se mantém um equilíbrio entre os interesses da iniciativa privada, dos governos e da sociedade. “A fórmula mais eficiente é, sem dúvida nenhuma, ter transparência em todas as decisões, com tecnicidade e juridicidade, informando a população e os agentes interessados.”

Criação das agências

A atividade regulatória foi introduzida no Brasil apenas em 1998, quando o governo federal passou a privatizar serviços, como os de energia e telecomunicações. A primeira a ser criada foi a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), depois surgiram algumas estaduais no Ceará, Rio Grande do Sul e Pará. A Abar foi constituída, informa, para ser um ponto de apoio à nova e quase desconhecida atividade no País, pois as agências sentiram a necessidade de trocar ideias e informações. “Por isso, criamos a associação, que reúne os três níveis de governo – federal, estadual e municipal.” Hoje são 46 agências associadas – 12 municipais, 27 estaduais e sete federais.

Santos diz que existem alguns instrumentos modernos na área para que esses órgãos tomem decisões corretas e não distanciadas da sociedade, caso da “análise de impacto regulatório”, levantada a partir de reuniões e audiências públicas antes de qualquer ação. “A transparência e o controle social são básicos na atividade. É isso que a população deve exigir.”

Programação

O congresso da Abar terá a apresentação de trabalhos técnicos e debates nas áreas de saneamento básico, recursos hídricos e saúde; transporte e logística; energia, petróleo, combustíveis e gás canalizado. Abrigará ainda o Encontro Latino-americano e Caribenho de Regulação em Saneamento Básico. A programação completa está disponível na internet, no link www.congressoabar.com.br/programacao.

Durante o evento, ocorrerá a 2ª ExpoAbar, uma mostra abrangente sobre a regulação, com a exibição de atividades desenvolvidas na área da infraestrutura e da indústria regulada; prestadores de serviços concedidos; entidades e órgãos reguladores; empresas reguladas; órgãos formuladores de políticas públicas; academia; e outras instituições vinculadas ao tema. Mais de 23 agências já estão com estandes confirmados.

CRESCER BRASIL

O Seageto e a FNE promoveram nos dias 27 e 28 de maio, na cidade de Palmas, o IV Simpósio de Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. Realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins (OAB-TO), o evento integrou o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e teve como públicos-alvo profissionais e estudantes da área.

Durante a abertura, o presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro, apontou a importância da iniciativa que, em sua quarta edição, foi fundamental para que o uso das novas tecnologias nos setores da engenharia, arquitetura e geologia fossem apresentados aos estudantes universitários. Ele enfatizou a necessidade da conscientização dos futuros profissionais quanto à demanda por obras e projetos sustentáveis. João Alberto Rodrigues Aragão, então presidente do Seageto, que encerrou seu mandato em junho de 2013, reforçou esse papel desempenhado pelo simpósio realizado pela entidade. Segundo ele, o propósito é apresentar aos estudantes as novas tecnologias utilizadas no setor da construção.

Participaram ainda da cerimônia de abertura o secretário executivo de Infraestrutura da Secretaria Estadual de Infraestrutura, José Ribamar Maia, e o secretário de Agricultura do Município de Palmas, Roberto Jorge Sahium.

O trabalho de recuperação da estrutura do Estádio do Maracanã, palco da vitória brasileira na partida final da Copa das Confederações em 30 de junho último, já plenamente reformulado, foi o tema da primeira palestra do evento, ministrada pelo engenheiro e consultor Ênio Pazine. De acordo com ele, o trabalho começou em 2010, contando com o uso de fotografias, documentos e diálogos com os profissionais responsáveis pela manutenção do estádio. “O Brasil precisa da cultura de manutenção das obras de infraestrutura, por isso a necessidade da avaliação e da realocação de recursos públicos antes que incidentes aconteçam”, afirmou.

Organização

A programação do simpósio teve continuidade no dia 28 com a palestra “Sistema Confea/Creas”, proferida por Gustavo Fayad, vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins (Crea-TO) e diretor financeiro do Seageto. A proposta foi levar aos estudantes que participaram do evento informações sobre a legislação profissional. Para o dirigente, é fundamental o conhecimento de tal arcabouço legal, especialmente no que diz respeito às atribuições de quem exerce o ofício.

Fayad abordou ainda as atribuições do sindicato, cuja função precípua é representar coletivamente as categorias que abrange frente às empresas e entidades patronais e lutar por sua valorização, com remuneração justa e melhores condições de trabalho. “O sindicato existe para o fortalecimento da categoria, por isso é importante que os engenheiros participem da entidade”, enfatizou.

Na sequência, o secretário Sahium falou sobre “Desenvolvimento da piscicultura sustentável no Brasil”. Para ele, a atividade, extremamente relevante para o Tocantins, que possui a maior coleção de peixes comerciais do mundo, somando 217 espécies catalogadas, merece receber investimentos. “O estado é uma potência na piscicultura”, afirmou. Mantendo a tônica do evento referente à sustentabilidade, ele enfatizou a necessidade de que o setor seja explorado de maneira racional e defendeu a “preservação do estoque de peixes na natureza”.

A importância da indústria pesqueira a um projeto de desenvolvimento que tenha foco nas regiões Norte e Nordeste do Brasil também foi apontada pelo professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e consultor do projeto “Cresce Brasil”, Marco Aurélio Cabral Pinto. Segundo ele, a tarefa deve ser empreendida em “escala internacional, através da manipulação genética dos peixes e catalogação dos biomas”.

Economia e biodiversidade

Durante o evento, Cabral Pinto abordou ainda a situação do País na conjuntura internacional, que considera “preocupante”. “A balança comercial brasileira realiza a sangria líquida de dólares todos os meses para outros países, sem possuir um real interesse para o crescimento industrial”, alertou. Para o engenheiro, o país exporta cada vez menos com a bandeira brasileira.

Num outro enfoque, o engenheiro agrônomo Ramis Tetu defendeu uma economia baseada na biodiversidade e no respeito ao meio ambiente. “Podemos ganhar dinheiro sendo ecologicamente corretos”, reforçou. Ele citou como exemplos positivos os jardins botânicos, “que geram renda e preservam a natureza”. Por outro lado, lembrou que há atividades na contramão dessa lógica, como a caça de animais silvestres. Ele ressaltou ser necessário que os engenheiros desenvolvam obras que não causem degradação.

CRESCER BRASIL II

Cerca de 800 pessoas lotaram auditório do hotel Blue Tree Rio Poty, na capital do Piauí, na abertura do seminário nacional “Gestão em saneamento: avanços, entraves e perspectivas”. Realizado em 14 de junho último pela FNE e Senge-PI, com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), incluiu entre os presentes estudantes, profissionais, políticos e autoridades do setor, além de dirigentes da federação e dos sindicatos de engenheiros de 18 estados brasileiros. Entre as conclusões, a necessidade de gestão pública eficiente, planejamento, controle e participação social, além de ampliação e continuidade dos investimentos. O resultado encontra-se na Carta de Teresina .

Permeado por apresentações culturais locais, o evento inaugurou a nova etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Lançada em 2006 por essa federação, com a adesão dos sindicatos a ela filiados, e atualizada constantemente, a iniciativa que deu origem ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) agora se debruça sobre os entraves ao desenvolvimento sustentável com vistas a superá-los. “Entendemos que devemos dedicar a fase atual a entender porque o Brasil cresceu menos do que qualquer país na América Latina”, explicou à abertura Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE. O objetivo é que, da série de discussões realizadas, resulte um documento que aponte não só diagnóstico, mas soluções a que o País mantenha-se em rota ascendente. A ideia, como lembrou Pinheiro, é apresentar aos candidatos a presidente e governadores em 2014 “propostas factíveis que assegurem crescimento e desenvolvimento ao Brasil”. Sobre o tema “Saneamento em xeque e energia em choque”, o próximo seminário ocorrerá em Florianópolis, Santa Catarina, no dia 18 de julho.

À abertura do evento na capital piauiense, o presidente do Senge-PI, Antônio Florentino de Souza Filho enfatizou: “Saneamento talvez seja um dos problemas mais graves do País. É um debate que travamos há anos.” Ele apresentou a trajetória nessa área fundamental: “Nos anos 1960 e 1970, com o Planasa (Plano Nacional de Saneamento), que estabeleceu a criação das empresas estaduais do setor e buscou a universalização dos serviços, houve avanço. Com sua extinção em 1985, a falta de um marco regulatório enterrou o saneamento.” Para Florentino, a consequente ausência de investimentos esvaziou a capacidade de projetos e planejamento de obras e levou à falência empresas do setor. “Em 2007, foi aprovada a Lei 11.445, que instituiu um novo marco regulatório, definindo os rumos da gestão e como podem ser viabilizados recursos”, completou. O problema, constatou, é que a maioria dos municípios não consegue acessá-los, por não ter capacidade de elaborar seus planos para a área. “O prazo foi prorrogado para final deste ano. Mas, até agora, dos mais de 5.500 municípios brasileiros, apenas pouco mais de 400 estabeleceram seus planos”, explicitou. Além disso, na concepção de Florentino, outros entraves são a desarticulação institucional vivida pelo segmento, a tentativa de privatização e a falta de acordo entre as prefeituras no caso das regiões metropolitanas.

Fato marcante para o setor nos últimos anos é o PAC, como apontado por Walder Suriane, da Aesbe (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais). “Com o programa, apresentou-se possibilidade real de universalização dos serviços, o que requer investimentos.” Não obstante, ele observou: “Não teve estratégia de médio e longo prazos, e os indicadores do saneamento ainda não expressam o volume de recursos. O modelo atual é de financiamento e grande parte das operadoras não tem condições de acessá-lo.” Na sua avaliação, o PAC não se preocupou com a gestão que, no setor, deve ser pública, já que é a que “tem maiores condições de atender o bem comum”. José Homero Finamor Pinto, da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), ressaltou a essencialidade do sistema estadual de saneamento, indicando os exemplos negativos resultado de privatizações em diversas partes do País.

Cenário local

O prefeito de Teresina, Firmino Filho, lembrou a premência de não se desperdiçar essa “janela aberta de oportunidades”. “Vivemos um momento muito importante em termos de saneamento no Brasil, no Piauí e particularmente em Teresina.” A situação no município que governa, segundo classificou, é “vergonhosa”. Conforme ele, em 2012 a Prefeitura elaborou seu Plano de Água e Esgoto e firmou contrato com a Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa), com prazo de concessão do serviço por 35 anos. “Essa está no final da fila (entre as companhias do setor), com um passivo de mais de R\$ 1 bilhão. É preciso discutir com clareza sua situação”, frisou, e alertou: “A empresa é parte da solução, que cumpra seu papel. Se não reagir, vamos buscar outros caminhos.”

Presidente da Agespisa, Antônio Luiz Medeiros de Almeida Filho afirmou que atualmente o Piauí situa-se entre os piores índices quando o assunto é esgotamento sanitário. “Teresina tem 825 mil habitantes e 689 mil sem esgoto.” Ele citou, como causas, a falta de compromisso do estado durante muito tempo, inadimplência tanto da empresa (o que a impediria de conseguir financiamento público, argumento rechaçado por outros palestrantes) quanto dos consumidores, burocracia e morosidade para elaboração de projetos, erros de planejamento, ineficiência para atender demandas, desperdício e alto custo do investimento necessário. “O contrato de programa assinado com a Prefeitura tem metas, de se passar até 2021 de 17% de esgotamento sanitário para 82%, de 86% para 91% de abastecimento de água e reduzir as perdas de 65,7% para 56%”, informou. Medeiros foi categórico: “Do jeito que está, não conseguimos cumprir. A média histórica de avanço no atendimento é de 0,3% ao ano. Teríamos que aumentar para 6%. Fazer em uma década cinco vezes o que foi feito em 50 anos.”

Sua fala acendeu sinal de alerta sobre a eventualidade de subconcessão ou subdelegação do serviço, o que foi amplamente criticado durante o seminário. Previsto na Lei 11.445, esse modelo, de acordo com Erico de Pina Cabral, promotor público do Estado de Goiás, entrega “o filé do sistema para a empresa privada e deixa o osso”. Fernando Santos, promotor de Justiça do Piauí, ratificou: “A gestão pública é o melhor caminho.”

SINDICAL

GO

Tem início gestão 2013-2016

Em solenidade no Clube de Engenharia de Goiás no dia 17 de junho último, foi empossada a diretoria do Senge-GO que fica à frente da entidade no período 2013-2016. Participaram diversas lideranças da engenharia nacional, como os presidentes da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea-GO), Gerson Taguatinga. À frente da entidade por mais um mandato, Gerson Tertuliano, em seu discurso, reforçou as principais bandeiras de luta, como manter e expandir os serviços do sindicato, com o plano de saúde aos associados e a consolidação de novas parcerias na área de assistência social. Também na agenda a aproximação da entidade das instituições de ensino, uma maior interação com o Crea e a formatação de um banco de vagas de emprego em Goiás para engenheiros. Ao destacar o papel do sindicato em defesa da engenharia, Taguatinga afirmou ter “certeza que a nova diretoria está preparada para seguir lutando pela valorização da profissão no estado”. O presidente da FNE elogiou o trabalho do Senge, principalmente com relação à defesa do salário mínimo profissional, previsto na Lei nº 4.950-A/66. “O sindicato se destaca como um dos mais atuantes do Brasil e tem sempre buscado apoio na federação para permanecer forte. Parabéns a todos que acreditam nessa luta”, disse Pinheiro. Também compõem a diretoria João Batista Tibiriçá, Antônio Augusto Soares Frasca, Claudio Henrique Bezerra Azevedo, Edson Melo Filizzola, José Augusto Lopes dos Santos e Caio Antônio de Gusmão (efetivos) e Wanderlino Teixeira de Carvalho, Carla Silva Sena, João Dib Filho, Catão Maranhão Filho, Ana Maria de Deus, José Luiz Barbosa Araújo e Luiz Carlos Carneiro de Oliveira (suplentes).

RS

Cerca de 120 engenheiros na jornada de mobilização

O Senge Rio Grande do Sul intensificou sua atuação em defesa das carreiras dos profissionais da categoria que atuam na administração pública do estado. No dia 28 de maio último, cerca de 120 engenheiros da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS) participaram da jornada de mobilização para discutir o fortalecimento da instituição, a qualificação da assistência técnica aos produtores rurais e a retomada de tal atividade pela recuperação das carreiras desses na empresa. No encerramento, foi lido o manifesto “Já chega! Sem engenheiros não há Ater”, que posteriormente foi entregue à Presidência da Emater pelo grupo de engenheiros e diretores do sindicato, em conjunto com a pauta de reivindicações e sugestões para a negociação do acordo coletivo de trabalho da categoria. No dia 17 de junho último, por meio de publicação na imprensa, o Senge cobrou providências do governador Tarso Genro contra o desestímulo às carreiras técnicas nas empresas e fundações da administração pública, afetando diretamente os serviços prestados à população. Na mesma

data, o assunto foi apresentado ao Governo do Estado pelo presidente do sindicato, José Luiz Azambuja, e seu vice Alexandre Wollmann, em reunião no Palácio Piratini.

MA

Odinéia faz balanço do seu trabalho na FNE

No dia 11 de junho último, em reunião na sede do Senge Maranhão, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro apresentou um balanço de suas ações na direção de relações institucionais da FNE, na gestão 2010-2013, e discutiu com a diretoria executiva a construção de sua agenda como diretora da região Norte, no triênio 2013-2016. Segundo Odinéa, entre as 26 propostas direcionadas às relações institucionais, foram aprovadas 13: quatro de solicitações de apoio técnico; uma, de jurídico; duas, de financeiro; três, de institucional de parceiros e duas, de institucional estrutural. Na ocasião, ela enfatizou as oportunidades em que a FNE colaborou com demandas da representação sindical dos engenheiros maranhenses, contribuindo à organização e estruturação do Senge-MA, e com os parceiros institucionais da categoria. Quanto às expectativas dos profissionais sobre seu trabalho como diretora regional Norte, Odinéa explicou que a função congrega a representação dos sindicatos no Maranhão, Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima. Ao finalizar, ela ressaltou o aprendizado adquirido e destacou a liderança do presidente Murilo Celso de Campos Pinheiro, caracterizada pelo espírito democrático e com uma visão de política sindical que revolucionou a atuação da FNE.

TO

Vitoriosa ação contra Banco da Amazônia

A 2ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região condenou o Banco da Amazônia a pagar R\$ 1.904.000,00 aos engenheiros da instituição financeira, depois de julgar favorável a ação movida pelo Seageto, em 2005, para cobrar uma gratificação sobre o salário base dos engenheiros, que é de seis salários mínimos. O pagamento saiu no dia 22 de maio último e é referente à gratificação de um terço do salário base. “O cálculo retroativo foi feito de 2000 a 2009. Esse montante foi pago a 23 engenheiros, entre civis, agrônomos e florestais do banco, incluindo os que já se desligaram da instituição”, informou João Alberto Rodrigues Aragão, então presidente do sindicato, que encerrou seu mandato em junho último. Na sua avaliação, é certamente uma grande conquista. “A nossa maior bandeira é lutar em prol dos interesses coletivos da categoria, e a vitória nessa ação demonstra a força do nosso sindicato, que ao longo desses anos, tem perseguido a justiça para corrigir essa ilegalidade”, afirmou. Outras duas ações sobre o tema, que contemplarão nove engenheiros, tramitam na Justiça do Trabalho desde 2004.

MS

Entidade reivindica contribuições sindicais

O direito de receber, anualmente, contribuições sindicais descontadas dos engenheiros, servidores públicos estatutários, no âmbito municipal e estadual, está sendo reivindicado na Justiça pelo Senge-MS. Isso porque foi constatado que a administração pública vem realizando o desconto dessa contribuição devida pelo engenheiro e repassando aos sindicatos dos servidores públicos, explica Edson Shimabukuro, presidente do Senge. Por isso, a entidade interpôs três ações para impedir que isso ocorra, tendo sido deferida tutela antecipada para determinar o depósito judicial dos valores até decisão definitiva. Segundo o advogado do Senge, Marcelo Vieira, “os engenheiros, apesar de estatutários, pertencem à categoria profissional diferenciada, motivo pelo qual esse repasse deveria ocorrer apenas em favor da entidade”.

ENTREVISTA

Entre os dias 6 e 20 de junho, São Paulo, a maior cidade do País, foi agitada com a realização de sete grandes passeatas contra o aumento do preço da tarifa de ônibus, que subiu de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. O protesto, que inicialmente foi criticado pela mídia e sofreu com a violenta repressão policial, finalmente ganhou adesão popular mais ampla e culminou com a revogação do aumento do preço da passagem de ônibus, metrô e trens, pelos governos municipal e estadual.

Essa movimentação que literalmente sacudiu o País, com atos pipocando em inúmeras cidades, foi convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), criado em 2005, embora tenha ganhado notoriedade apenas agora. Integrante da iniciativa desde sempre, Lucas Monteiro tem 29 anos de idade, e é professor de história numa escola privada paulistana. Nesta entrevista, ele destaca a importância dos engenheiros para garantir a mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras, com a apresentação de planos técnicos, mas afirma o caráter político da discussão. Ambos aspectos são tratados no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da FNE que, em nota técnica produzida em 2009, mostrou que 37 milhões de brasileiros estavam excluídos dos sistemas de oferta de transportes motorizados.

Por que é importante discutir transporte, mobilidade e tarifa zero na perspectiva da revisão dos planos diretores dos municípios?

Precisamos deixar claro, discutir e divulgar, no maior número de lugares, que é central pensar a mobilidade urbana a partir da tarifa zero. É fundamental ter argumentos técnicos, mas saber que a questão é política, acima de tudo. E entender que uma determinada política de mobilidade urbana pode impedir a circulação das pessoas. Devemos construir esse debate com os mais amplos setores da sociedade, como os engenheiros, porque eles pensam como

implementar projetos, fazem uma discussão política aliada a uma argumentação e estruturação de como fazer isso tecnicamente.

O que é a tarifa zero?

É quando você não paga o ônibus no momento do embarque. É a sociedade quem assume esse custo. Portanto, não é uma cobrança individualizada. Estamos falando na igualdade com outros serviços, como o SUS (Sistema Único de Saúde) e a coleta de lixo. A ideia é que o ônibus funcione da mesma maneira, porque o transporte é um direito social.

Como viabilizar essa proposta?

Uma das formas, defendida pelo engenheiro Lúcio Gregori (ex-secretário municipal de Transportes na gestão Luiza Erundina, entre 1989 e 1992), é implantar o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) progressivo e a partir dele aumentar a receita da Prefeitura a que, com esse recurso, se pague o transporte. O que é fundamental para nós é que exista um controle público sobre o sistema, que não precisa, necessariamente, ser estatal. O importante é que o controle e as decisões estejam nas mãos do poder público, com a participação dos usuários e dos trabalhadores do transporte.

Qual a mudança que o MPL quer fazer na Constituição Federal sobre o transporte?

Hoje, ele é considerado um serviço essencial, mas não um direito social. Existe a Proposta de Emenda à Constituição nº 90 (PEC 90), de 2011, elaborada pela deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), que prevê essa mudança).

Quais os próximos passos do MPL?

Nosso foco neste momento, em São Paulo, é o projeto de lei de iniciativa popular pela tarifa zero. Estamos coletando assinaturas, precisamos de 400 mil, para apresentar a matéria à Câmara Municipal. Isso não quer dizer que a PEC 90 não seja relevante, é sim, inclusive como uma das maneiras de viabilizar a tarifa zero em todo o País. Acreditamos importante a Presidente da República ter sinalizado a abertura de diálogo com os movimentos sociais, mas é também fundamental que ela reconheça publicamente o transporte como um direito social.

Qual a avaliação que o MPL faz das manifestações que tomaram São Paulo, primeiramente, e depois se espalharam para várias outras cidades brasileiras?

Algumas coisas são muito importantes, uma delas é saber que foi uma vitória política da população que, mobilizada, organizada e articulada, consegue conquistas. A segunda é que

colocamos a discussão sobre o transporte no lugar que deve estar, na esfera política. Não podemos considerar normal o aumento anual do preço das passagens, porque não é. É uma decisão política que define qual cidade a gente quer construir, excludente ou uma onde as pessoas participem dela.

Vocês ficaram surpresos com a repercussão do movimento?

Sempre avaliamos que quando ocorresse um movimento contra o aumento do transporte em São Paulo, isso teria repercussão no Brasil inteiro. Mesmo quando aconteceu em outros estados, como em Porto Alegre (RS), Vitória (ES) e Florianópolis (SC), isso repercutiu à época, mas com a proporção de agora de fato não esperávamos. Devemos levar em conta que São Paulo é o principal centro econômico e político do País.

C&T

Para assegurar esse resultado, nos próximos dez anos, ao menos duas universidades e dois institutos de pesquisa e desenvolvimento de padrão internacional, focados em recursos energéticos, florestais e biodiversidade devem ser criados na região. Além disso, a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia, conectada às demais já existentes e outras a serem implementadas via eficiente internet, precisa ser instituída. E o número de doutores na região, atualmente 3.200, segundo apontam estimativas, deve ser duplicado. Esses são os objetivos da campanha “Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia”, que a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) promove a partir deste ano, como parte do projeto “Brasil Inteligente”.

Idealizador da proposta durante a primeira plenária da entidade realizada ao final de 2012, seu conselheiro consultivo Wagner Costa Ribeiro destaca “a combinação do conhecimento da população tradicional e o acervo da biodiversidade” para a criação de um novo paradigma pautado na sustentabilidade à produção científica e tecnológica da região. Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), ele enfatiza que “esse conjunto sociobiodiverso único no mundo nos dá uma enorme vantagem comparativa com outros países”. O que está faltando, na sua avaliação, é pessoal com capacidade de desenvolver novos materiais, fontes de energia, fármacos e proteínas a partir dessa associação. A iniciativa da CNTU busca dar resposta nesse sentido ao tentar transformar o quadro atual, em que a região Norte, como lembra Ribeiro, é a que tem menos programas de pós-graduação do País.

A Amazônia Legal corresponde a 61% do território nacional, 5,2 milhões de km² e 23 milhões de habitantes. De acordo com dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os nove estados que a integram – Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e oeste do Maranhão – possuem 140 cursos de mestrado acadêmico, 39 de doutorado e seis de mestrado profissionalizante. Ou seja, apesar de englobar 10% da população brasileira e responder por 8% do seu Produto Interno Bruto (PIB), a região conta com menos de 5% dos cursos de pós-graduação do País. E metade dos de doutorado concentram-se na Universidade Federal do Pará (UFPA). “Implica principalmente não oferecer à população local a possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico”, afirma o professor da USP. Conforme ele, como consequência dessa defasagem, a Amazônia em geral se torna um lugar de passagem. “Doutores formados no Sul e Sudeste que migram para a Amazônia, como não têm muitas vezes relações de outra natureza, até profissionais e também familiares, acabam regressando, o que faz com que essas instituições estejam sempre com carência de quadros. Por isso, é fundamental insistir na formação de doutores oriundos da região, para estimular a fixação e envolver a população do lugar na resolução dos problemas locais, o que certamente vai ter implicação numa escala nacional”, salienta.

Política de Estado

Entre as tarefas a serem realizadas para tanto, Ribeiro sugere a ampliação dos investimentos e ações em C, T & I, mediante a instituição de uma política de Estado que articule os diversos níveis de governo. “Por exemplo, a Capes, vinculada ao Ministério da Educação, tem um programa muito interessante, que são doutorados e mestrados interinstitucionais. Com isso, professores que atuam nas universidades da região Norte, em convênios com outras do Sul e Sudeste de maior tradição, podem frequentar os cursos e ter o título de mestre e doutor. É uma iniciativa muito importante, já tem sido aplicada com êxito, seria necessário estimular ainda mais a realização desses programas de cooperação, trocando experiência e principalmente formando pessoal de nível superior na Amazônia.” Ele enfatiza ainda a demanda por fortalecimento das fundações estaduais de pesquisa na região. “Muitas vezes um pesquisador, às vezes um jovem doutor com um tema muito focado em questões regionais, não consegue competir por exemplo num edital de caráter nacional, e é muito importante que essas fundações consigam dar vazão a essas demandas. Ao que é preciso incrementá-las com mais recursos e assegurar mais agilidade na aprovação dos projetos.”

Quanto a instituir a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia, Ribeiro ressalta o desafio colocado, já que a região enfrenta não apenas sérias dificuldades de acesso à internet, mas mesmo de energia elétrica. Ele observa que é preciso solucionar primeiro essa carência e depois questões de ordem técnica e operacional para ter banda larga em pontos remotos. Para tanto, projeto de introdução de infraestrutura tecnológica precisa estar aliado à capacitação de pessoal. “Se não levamos à região o que há de melhor no País, vamos aprofundar a desigualdade social”, alerta o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marco Aurélio Cabral Pinto, também consultor consultivo da CNTU.

Na sua concepção, esse novo modelo pensado para a Amazônia deve se centrar na sua vocação. Dotada da maior bacia de água doce e biodiversidade do planeta, como acredita ele, “tem tudo para erguer uma grande transnacional brasileira de pescados. Os institutos de pesquisa se debruçariam não só sobre biomas, mas sobre as fases de amadurecimento, engorda, modificação de espécies, fenômenos que seriam multiplicados, apostando em processos de inovação”. Outra cadeia a ser investida, para Cabral Pinto, seria o turismo, que, “se bem conduzido, não gera muito passivo ambiental, é espetacular para difundir tecnologia estabelecida e abre oportunidades de associativismo e aproveitamento dos saberes tradicionais”. O professor da UFF salienta ainda a vocação regional de desenvolver logística naval e aeroespacial. Ele conclui: “São vetores de desenvolvimento tecnológico com capital nacional.”